



SOCIEDADE CIVIL E O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO: AONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?

DOCUMENTO DE APOIO PARA A OFICINA

“NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E
SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA: ARTICULANDO
ESTRATÉGIAS PARA INCIDÊNCIA”

AGOSTO/2017

Elaboração



Apoio



1. SOBRE ESSE DOCUMENTO

Esse documento foi elaborado para servir de apoio à Oficina “**Novo Banco de Desenvolvimento e sociedade civil brasileira: articulando estratégias para incidência**”, organizada pelo Grupo de Trabalho sobre Finanças da Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e pela Oxfam Brasilⁱ.

Respondendo aos objetivos da própria reunião, quais sejam de articular um grupo maior de entidades brasileiras em torno da agenda dos BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e ampliar os canais para que suas vozes e perspectivas acerca das operações do Banco se façam ouvir, o presente documento possui três grandes objetivos:

1- Compartilhar com a sociedade civil brasileira interessada informações relevantes e atualizadas sobre o NBD;

2 - Socializar o histórico do processo de engajamento da sociedade civil junto ao NBD e sistematizar as principais agendas que orientam esse processo;

3 - Apoiar na sensibilização e mobilização de um grupo representativo de entidades brasileiras para atuar nesta agenda, com informações pertinentes acerca do Banco, de sua estrutura e processo decisório, de suas operações e das janelas de oportunidades para incidência.

Acreditamos que esse documento será tão mais útil quanto puder refletir as percepções daqueles que acompanham os BRICS e o NBD nos últimos anos. Comentários e sugestões são bem vindos para tornar esse documento de apoio um documento vivo e uma ferramenta de trabalho útil àqueles que trabalham com estas agendas.

2. UM BREVE OLHAR SOBRE O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Histórico

O NBD é um banco multilateral de desenvolvimento (BMD) fundado em 2015 pelos países dos BRICS com a missão de “*mobilizar recursos para financiar infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outros países em desenvolvimento*”ⁱⁱ.

O Banco é tido como o primeiro e, até o momento, mais concreto resultado do agrupamento BRICS. Juntos, os BRICS representam 43% da população mundial, 26% da superfície terrestre e 31% do PIB global. A ideia de um banco sob a liderança dos BRICS foi posta à público pela primeira vez na Cúpula dos BRICS de 2012, em Nova Déli. Na ocasião, foi encomendado aos respectivos ministros de Finanças examinar a viabilidade de criar um novo banco de desenvolvimento para financiar infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento. Desde então, a iniciativa tem gerado acirradas discussões entre entusiastas, céticos e críticos do potencial transformador de um banco “do Sul para o Sul”. O Acordo Constitutivo foi assinado dois anos depois, na Cúpula de Fortaleza, em 2014, e ratificado pelos quatro países em 2015. Já no início de 2016, o Banco começa a operar. Até o momento foram aprovados sete projetos, seis em infraestrutura sustentável e um em infraestrutura tradicional. Espera-se que já nos próximos meses essa primeira leva comesse a sair do papel e ganhar materialidade, fato que todavia não ocorreu na maior parte dos projetos.

O NBD é uma instituição financeira internacional (IFI) do século 21. Ele reflete a ascensão das chamadas potências emergentes e de sua intenção de reformar a governança global. Reflete também a nova multipolaridade, acentuadamente marcada pela consolidação da China como grande potência econômica. É nesse contexto que a China passa a ser propulsora de uma série de iniciativas político-econômicas, incluindo a criação de um outro e bastante mais robusto

BMD, o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), e a *Iniciativa Cinturão e Rota* (*Belt and Road*), que busca viabilizar um corredor eurasiático de infraestrutura.

No âmbito do financiamento do desenvolvimento, a profusão de iniciativas sob a égide chinesa é simultaneamente causa e consequência de uma série de mudanças nos tradicionais BMD, sobretudo o Banco Mundial. Ainda que as instituições de Bretton Woods - sobretudo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) - tenham resistido a ampliar a voz das chamadas economias emergentes em suas estruturas de governança, outros câmbios de fato ocorreram na última década. Parte dessas mudanças pode ser entendida como estratégia de adaptação e sobrevivência das instituições tradicionais em um mundo cada vez mais competitivo, que não apenas passa a se orientar pela e para a Ásia, mas também que potencialmente observa a retração dos Estados Unidos. Em seu conteúdo, os câmbios apontam, entre outras tendências, para a centralidade dos investimentos em infraestrutura como objeto do financiamento internacionalⁱⁱⁱ, foco nas estratégias de parcerias diretas e/ou atração de investimentos privados (*crowd in*), uma maior saliência da questão do desenvolvimento sustentável e do crescimento verde, mas também a flexibilização das normas e regulamentações dos BMD, com a diluição de seus marcos de salvaguardas socioambientais, em favor do uso dos sistemas nacionais (*country systems*)^{iv}.

É nesse contexto que o NBD começa a operar, com um capital subscrito inicial de US\$ 50 bilhões, a ser financiado igualmente pelos cinco membros^v, havendo autorização para chegar a US\$ 100 bilhões. Cada membro fundador possui, portanto, 20% dos votos. O NBD almeja captar também no mercado, e em julho de 2016 realizou sua primeira emissão de títulos verdes (*green bonds*) no mercado chinês em Renminbi (moeda chinesa), no valor de US\$ 450 milhões. Sediado em Xangai, China, o Banco aspira igualmente abrir Centros Regionais. O primeiro, em Johannesburgo, na África do Sul, se encontra em fase final de instalação, e o próximo será no Brasil, sem data indicativa até o momento.

Oportunidade para fazer diferente?

O Banco se apresenta como uma instituição “nova” e preparada para enfrentar os desafios do século 21. Atuando no marco da Cooperação Sul-Sul^{vi}, buscará reverter o déficit de infraestrutura nos países do chamado Sul Global gerando soluções ambientalmente e socialmente sustentáveis. Para tanto o NBD almeja inovar em sua estrutura e práticas internas, incorporando aprendizados de outras instituições multilaterais existentes, mas indo além.

De acordo com a recém lançada Estratégia para 2017-2021^{vii}, três são os pilares aonde o Banco pretende focar suas operações: infraestrutura sustentável, infraestrutura tradicional e desenvolvimento sustentável. Nos próximos cinco anos o banco investirá 2/3 de seus recursos na área de infraestrutura sustentável, tido como seu principal nicho^{viii}. Assim mesmo, o Banco optou por adotar uma definição ampla do termo *infraestrutura sustentável*, como aquela que “*incorpora critérios de sustentabilidade desde a concepção até a operação — critérios não só econômico-financeiros, mas também sociais e ambientais*”^{ix}. Sob esse marco, são previstos projetos em energias renováveis, eficiência energética, transporte limpo, gestão de recursos hídricos e gestão de resíduos. De acordo com o Banco, projetos em infraestrutura sustentável se diferenciam daqueles em infraestrutura tradicional (tais como estradas, redes de geração e transmissão de eletricidade, telecomunicações, redes de saneamento básico e água) à medida que geram externalidades e impactos socioambientais positivos. Já o terceiro pilar, de investimentos em desenvolvimento sustentável, será - *a priori* - a menor parte do portfólio. Neste âmbito poderão ser financiados, segundo o Banco, projetos de redução de poluição e mitigação de mudanças climáticas.

A Estratégia aponta três áreas nas quais o Banco trará inovações: (i) relacionamentos, (ii) projetos e instrumentos e, (iii) abordagens. Nos relacionamentos, buscará trabalhar com instituições financeiras nacionais e internacionais existentes, expandirá sua relação com o setor privado, seja por meio de concessão de financiamento para projetos, seja no âmbito de Parcerias Público Privadas (PPP). O Banco também almeja manter um relacionamento aberto com universidades, think-tanks e com a sociedade civil para intercambiar acerca de “experiências exitosas” no campo do financiamento multilateral ao desenvolvimento e no campo

da sustentabilidade. Particularmente **em relação a sociedade civil, o NBD deseja estabelecer relações de “confiança mútua e cooperação”**.

Já no que tange a projetos e instrumentos, para além dos três pilares temáticos e do foco em infraestrutura sustentável, o Banco pretende apostar nos desembolsos em moedas locais dos tomadores de empréstimos, bem como na diversificação de instrumentos financeiros, como garantias, empréstimos corporativos, investimentos em *equity* (participação acionária), *project bonds* (que são títulos de dívida emitidos para financiar um projeto específico) e co-financiamento com outras instituições financeiras públicas, privadas ou multilaterais.

No campo das abordagens, o NBD será enxuto e buscará a agilidade, flexibilidade e eficiência na gestão de seus recursos. De acordo com nota publicada pelo Itamaraty trata-se da adoção de "*mecanismos simplificados de revisão de projetos e supervisão de seu desenvolvimento, sem maiores necessidades de burocracia*"^x.

O Brasil e o Banco

No caso do Brasil, o acordo de constituição foi promulgado por meio do Decreto presidencial nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015^{xi}. A Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Fazenda é o ponto focal do Brasil para o relacionamento com o NBD.

Logo após a criação do Banco, ainda na gestão Dilma Rousseff, o governo brasileiro enfatizou a importância política do mesmo como uma demonstração da capacidade dos países emergentes de inovar no sistema internacional e promover soluções a problemas de desenvolvimento, ajudando na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)^{xii}. Mais recentemente, Michel Temer salientou a empreitada como um símbolo das convergências dos países BRICS na seara financeira^{xiii}. Já os ganhos econômicos da participação brasileira no NBD adviriam do "*financiamento de obras de infraestrutura no país e da participação de empresas brasileiras em processos de licitação de obras nos países membros financiadas com recursos do Banco*"^{xiv}. No entanto, não está dado em que medida as empresas brasileiras conseguirão competir com as concorrentes indianas e chinesas na oferta de bens e serviços para as operações do Banco. Especialmente em face da Lava Jato, das obrigações de *compliance* assumidas e das dificuldades financeiras que hoje enfrentam.

Estrutura, institucionalidade e políticas já aprovadas

A estrutura decisória do Banco é composta por um **Conselho de Governadores**, (no qual sentam os ministros de Finanças dos BRICS), um **Conselho de Administração** não-residente em Shanghai e mobilizado periodicamente para a tomada de decisões estratégicas (composto por altos quadros dos ministérios das Finanças e/ou Relações Exteriores dos países membros), um **Presidente** e quatro **Vice-Presidentes**, residentes em Shanghai^{xv}. O atual presidente do NBD é indiano; o presidente do Conselho de Governadores, russo; o vice-presidente de operações, chinês; o vice-presidente financeiro, sul-africano; e o presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, brasileiros. Ver organograma completo no **Anexo 2**.

O vice-presidente (VP) brasileiro é o economista Paulo Nogueira Batista Junior, antigo diretor brasileiro no FMI. O Ministro da Fazenda representa o país no Conselho de Governadores e o Secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda e o Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty são, respectivamente, o presidente e vice-presidente do Conselho de Administração^{xvi}.

Apesar do Banco ainda estar restrito a seus membros fundadores, está na agenda de curto-prazo a expansão lenta e gradual a partir de 2017^{xvii}. O acordo constitutivo do NBD estabelece diretrizes gerais para tal processo: qualquer país membro das Nações Unidas poderá tornar-se membro; os países fundadores manterão conjuntamente poder de voto de pelo menos 55%; nenhum outro país poderá individualmente deter poder de voto acima de 7% do total; e países desenvolvidos somente poderão se tornar membros não tomadores de empréstimos, e sua participação conjunta não poderá exceder 20% do poder de voto total^{xviii}. Assim, o NBD seguirá liderado por economias emergentes. Para disciplinar a entrada de novos sócios, o NBD editou

os “Termos, Condições e Procedimentos para a Admissão de Novos Membros no Novo Banco de Desenvolvimento”^{xxix}.

O NBD já aprovou uma série de **políticas e documentos estratégicos**^{xx}. Ainda que possam parecer questões internas, esse conjunto de documentos é de especial interesse da sociedade civil, pois explicitam prioridades, garantem balizas legais das operações e são potenciais portas de diálogo com o Banco. Adicionalmente, o acompanhamento das negociações constitutivas do esqueleto institucional do NBD é uma oportunidade única de influenciar seus rumos desde o início^{xxi}. Dentre os 35 documentos aprovados, destacamos:

Estratégia 2017-2021 – Aprovada em julho de 2017. Documento estabelece as metas que serão perseguidas pelo NBD no referido quinquênio, bem como as ações a ser desenvolvidas para sua consecução. Explicita a identidade do NBD e suas principais abordagens e instrumentos, salientando em que medida a instituição se diferencia de outras existentes. A estratégia apresenta uma definição, ainda que ampla, do que entende por infraestrutura sustentável^{xxii} e por uso de sistemas nacionais^{xxiii}. A alta cúpula do Banco afirma ainda que esse será um documento vivo, em constante aprimoramento.

Política de Informação – Aprovada em 2016 e revista em junho 2017. Estabelece a abordagem do Banco em relação à divulgação de informações para promoção de transparência, accountability e integridade. A política lista tipos de informações que o Banco se reserva o direito de manter em sigilo, tais como documentos dos Conselhos, informação financeira acerca de futuros empréstimos e informações que “colocam em perigo ou impactam negativamente nas relações entre o Banco e seus membros” ou que “colocam em perigo ou impactam negativamente a defesa, segurança nacional ou interesses nacionais de algum país membro”^{xxiv}.

Marco Socioambiental – Aprovado em 2015 e revisto pela última vez em março de 2016. Estabelece os princípios socioambientais norteadores para o funcionamento do Banco, incluindo a gestão socioambiental de suas operações e os padrões socioambientais em temas como meio-ambiente, reassentamento involuntário e povos indígenas^{xxv}. O Marco não delimita os critérios concretos e não detalha o funcionamento de sistemas de avaliação de riscos e impactos socioambientais.

Política de Diversidade - Aprovada em janeiro de 2016 e revista em novembro de 2016 sem sofrer alterações. Estabelece princípios de diversidade a serem seguidos pelo NBD em relação a recursos humanos, incluindo consultores e estagiários. A política anuncia que o Banco combinará diversidade e mérito em seus recursos humanos. Estabelece como objetivo eliminar barreiras de entrada e prevenir toda forma de discriminação em virtude de raça, gênero, deficiência, orientação sexual, etnicidade, religião, estado civil ou condição familiar^{xxvi}. Importante salientar que o NBD não conta ainda com uma política específica para promover equidade de gênero em seus recursos humanos.

Política de Assistência Técnica - Não está disponível publicamente. Espera-se que esse documento elucide de que maneira o NBD pretende atuar junto a seus tomadores de empréstimos a fim de aprimorar o desenho e implementação de projetos. Esse documento é particularmente importante, pois deverá criar diretrizes para as interações do Banco nos casos em que a análise de risco e impacto aponte para legislações locais insuficientes e/ou com lacunas de implementação.

Planos-País (Country Partnership Plans) – Não estão disponíveis publicamente. Espera-se que esse documento trace estratégias de investimentos e apoio individuais para os países membros, com análise e planejamento de futuros empréstimos.

Carteira de projetos

Os primeiros empréstimos do NBD foram aprovados no primeiro semestre de 2016 e totalizaram US\$ 911 milhões para financiamento de projetos na área de energias renováveis nos cinco países fundadores. Ainda em 2016, um novo projeto na Índia foi aprovado, desta vez em infraestrutura tradicional, visando o aprimoramento de uma malha rodoviária estadual. O **Anexo 1** registra a lista dos projetos aprovados até então. Juntos eles somam atualmente US\$ 1,5 bilhões. Importante mencionar que os primeiros projetos foram acordados sem que o Banco tivesse aprovado e disponibilizado publicamente suas políticas, incluindo o Marco Socioambiental.

No caso brasileiro, o Banco emprestou cerca de US\$ 300 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que abrirá linhas de crédito nacionais para financiar ao menos cinco projetos na área de energias renováveis. O NBD estima que o aporte externo permitirá uma geração adicional de 600 megawatts de energia limpa no país^{xxvii}. O empréstimo tem prazo de 12 anos, com um período de carência de três anos e meio, e taxa de juros baseada na Libor (taxa do mercado interbancário inglês)^{xxviii}. De acordo com o Ministério do Planejamento, o aporte contará com contrapartida brasileira no valor de US\$ 300 milhões. O Ministério também indicou que considera financiar projetos de geração de energia eólica, solar, hidrelétrica (por meio de pequenas centrais hidrelétricas), entre outros. No entanto, detalhes de execução no Brasil ainda são desconhecidos do público. Entidades como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e a Conectas Direitos Humanos já fizeram pedidos de Lei de Acesso à Informação (LAI), mas não obtiveram mais detalhes acerca dos projetos, incluindo a quem a linha de crédito será aberta e aonde os projetos serão implementados. Na ocasião o BNDES respondeu que tem até três anos para definir os beneficiários de sua linha de crédito. Há especulações que os futuros projetos contem com a participação de empresas chinesas, dado a crescente participação da China no setor energético brasileiro, particularmente nas linhas de transmissão^{xxix}.

Tendências futuras

Considerando que o NBD é uma instituição nova, não são poucas as dúvidas remanescentes quanto aos seus rumos e ao possível impacto de suas operações. A lista a seguir é uma tentativa de sistematizar alguns pontos que se esboçam como tendências futuras.

Expansão do número de membros: Até o final de 2017 o Banco já deve contar com novos membros. A expansão será gradual e buscará representatividade geográfica e de níveis de desenvolvimento.

Carteira de projetos: O Banco espera montar uma carteira de projetos variada (em termos de setores, instrumentos, beneficiários) composta de 50 a 75 projetos até 2021. Em recente entrevista, o Presidente do NBD, o indiano KV Kamath, afirmou que entre 2017 e 2018, serão aprovados 23 novos projetos, sete deles no Brasil^{xxx}. A diversificação do portfólio setorial, até então bastante concentrado em eólica, é dada como certa. O Banco afirma que – em seus primeiros anos de operações – será mais conservador e prudente com empréstimos não-soberanos ao setor privado, nas PPP e com financiamento de infraestrutura tradicional^{xxxi}. Também passará a apoiar e investir na preparação de projetos financiáveis (*bankable*), sobretudo por meio dos Centros Regionais do NBD, começando pelo de Johannesburg (África do Sul).

Prestação de contas: O Banco anunciou em sua Estratégia que contará com uma *Unidade de Avaliação Independente*. A unidade avaliará políticas, projetos e decisões sobre investimentos e levará em conta riscos e impactos socioambientais. O órgão responderá diretamente ao Conselho de Diretores e almeja promover uma cultura de aprendizado interna. Por ora, não há maiores informações sobre seu funcionamento.

Marco institucional e recursos humanos: Uma vez aprovada a Estratégia, o NBD desenvolverá seu Plano de Negócios e os *Country Partnership Plans*. O Banco aumentará também seu quadro de funcionários, focando em jovens profissionais.

3. OS BRICS, O BANCO E A SOCIEDADE CIVIL

Aqui traçaremos um breve histórico das articulações e dinâmicas de participação social no âmbito dos BRICS e em relação ao Banco. Focaremos tanto nas dinâmicas e espaços internacionais de participação na agenda BRICS, quanto nas articulações geradas domesticamente no Brasil e - sempre que possível - nos demais países do bloco. O **Anexo 3** apresenta um mapa ilustrativo de atores mobilizados na agenda nos cinco países BRICS.

A sociedade civil e o BRICS

O engajamento da sociedade civil com o bloco evoluiu significativamente ao longo deste primeiro ciclo de Cúpulas dos BRICS, desde a entrada da África do Sul em 2011. Esse

processo se deu por meio de canais variados, com distintos graus de formalização: BRICS Sindical, Cúpula dos Povos, *Civil BRICS*, BRICS Acadêmico. Não faltaram, no entanto, obstáculos à participação social, entre eles: a falta de informações e o baixo entendimento social acerca do grupo e de seus projetos comuns, a pouca abertura dos governos à participação de organizações não-governamentais e movimentos sociais, as oscilações nos contextos nacionais dos países BRICS e as dificuldades inerentes de articulação entre grupos sociais de cinco países regionalmente dispersos e socialmente distintos.

Como esperado, o BRICS tem se mostrado menos aberto à sociedade civil do que a outros setores, tais como a academia e setor privado, que possuem canais próprios de acesso aos governos. Essa tendência se deu até mesmo sob a presidência anual de países do chamado grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul)^{xxxii}. Tal diagnóstico pode ser ilustrado com a tipologia feita por Ana Garcia e Patrick Bond, na qual os autores identificam três grandes conjuntos e três narrativas em relação ao bloco: os *BRICS-from-Above*, *BRICS-from-the-Middle* e os *BRICS-from-Below*^{xxxiii}. No primeiro grupo, o “BRICS de cima”, estão presentes líderes e chefes de Estado, importantes grupos econômicos e outros setores da elite dos BRICS. Já no grupo intermediário, o “BRICS do meio”, encontram-se o Fórum Acadêmico do BRICS, os intelectuais, os sindicatos e a maior parte das Organizações Não Governamentais (ONGs). Por fim, no último grupo, o “BRICS da base”, encontram-se ativistas de base e comunidades afetadas por megaempreendimentos. Para o sul-africano Patrick Bond, o primeiro grupo é co-dependente e sua narrativa acerca dos BRICS é propagandística; o segundo é cooptado e sua visão é marcada por hesitações em relação ao BRICS; por fim há o grupo contestador, cuja narrativa é acima de tudo crítica^{xxxiv}.

Apesar de útil para explicar, por exemplo, quais atores possuem mais acesso aos tomadores de decisão, essa tipologia é ilustrativa e deve ser vista com cautela, pois pode ofuscar a diversidade e as divisões em cada uma das três categorias, bem como a porosidade entre elas^{xxxv}. Neste sentido, é igualmente importante pensar nas alianças forjadas entre o segundo e o terceiro grupo, nos quais estão representados distintos grupos da sociedade civil (acadêmicos, sindicatos, ONGs, movimentos sociais e comunidades afetadas). Juntos, estes constituem um corpo crítico de vozes, adotando distintas estratégias de mobilização e engajamento; do diálogo e incidência ao boicote. Além disso, é evidente que tais divisões não ocorrem da mesma forma em cada uma das sucessivas Cúpulas, dado que cada espaço internacional da sociedade civil dos BRICS é profundamente dependente de: (i) o estado da sociedade civil no país-sede da Cúpula, (ii) as narrativas e enquadramentos escolhidos pelos organizadores e por suas redes de parceiros e (iii) das diferentes redes de financiamento internacionais que apoiam grupos locais mobilizados em torno das agendas e dos espaços.

É justamente no marco desta diversidade de vozes e da profusão de agendas^{xxxvi} e preocupações suscitadas pelo projeto BRICS, que grupos da sociedade civil foram exitosos na construção de espaços de diálogo – tanto autônomos como de interlocução com os governos – às margens dos encontros oficiais. A tabela 1, abaixo, ilustra esse rol de espaços ao longo dos anos. Vale salientar que a participação de representantes de grupos dos países IBAS nesses espaços foi predominante.

Tabela 1 Participação social nas Cúpulas dos BRICS

Ano	Cidade-sede/país	Espaço de participação na programação oficial	Espaço autônomo da sociedade civil
2011	Sanya, China	Não	Não
2012	Nova Déli, Índia	Não	Não
2013	Durban, África do Sul	Não	BRICS-From-Below

2014	Fortaleza, Brasil	Não	Cúpula dos Povos: “Diálogos sobre Desenvolvimento: o BRICS na perspectiva dos povos”; 1º Fórum de Mulheres dos países BRICS
2015	Ufa, Rússia	Civil BRICS Forum (Moscou)	Não*
2016	Goa, Índia	BRICS Civil Forum (Nova Déli)	Peoples’ Forum on BRICS
2017	Xiamen, China	BRICS Political Parties, Think-tanks and Civil Society Organizations Forum (Fuzhou)	Não**

Fonte: Elaboração própria

* Alguns grupos da sociedade civil, que boicotaram o Civil BRICS, se reuniram informalmente em Moscou em paralelo ao evento oficial.

** Aventou-se a realização de um encontro em Hong Kong, no entanto, até o momento, o mesmo não foi confirmado.

Como indicado na tabela acima, pela primeira vez na Cúpula da Índia de 2016, os dois formatos de espaços passam a coexistir. Se por um lado, o modelo do *Civil BRICS* logra obter reconhecimento oficial na agenda do grupo^{xxxvii}. Por outro, é um espaço percebido por muitos atores sociais como controlado ou esvaziado. Essa visão é compartilhada por um rol significativo de entidades brasileiras engajadas na agenda, ainda que não por todas. Já nos eventos do chamado *Peoples’ BRICS*, as vozes são abertamente críticas e/ou resistentes à agenda dos BRICS. Nas edições de 2013, 2014 e 2016, redes e movimentos de amplitude nacional e transnacional em temas como indústrias extrativas, energia limpa e movimentos de mulheres se uniram a um conjunto diverso de grupos locais das cidades-sede. Estas vozes têm sido crucial para dar visibilidade ao chamado modelo de desenvolvimento predatório dos BRICS contra o qual grupos da sociedade civil têm se mobilizado^{xxxviii}.

Os desafios, no entanto, não são poucos. Entre eles, aprofundar o diálogo com atores sociais chineses e russos, garantir a perenidade dos espaços autônomos e diversos de participação, fortalecer os espaços formais de participação para que se tornem canais efetivos de diálogo junto aos tomadores de decisão. Parte dos desafios também se relaciona à possibilidade de criação de pontes entre as atuais iniciativas formalizadas e as demandas dos grupos mais vulneráveis nos países BRICS, canalizadas, ainda que não exaustivamente, pelas chamadas Cúpulas dos Povos. Neste sentido, o monitoramento do Banco é apontado como uma oportunidade para tecer tais vínculos, devido à concretude dos seus possíveis impactos nacional e localmente.

A sociedade civil e o NBD: Breve cronologia

A seguir trazemos uma representação do conjunto de iniciativas simbólicas, ainda que certamente não exaustivas, da sociedade civil em relação ao Banco. Na Figura 1, a seguir, foram listadas articulações autônomas nacionais e internacionais e interações formais com o NBD e/ou seus principais interlocutores. Ver lista adicional de manifestações públicas da sociedade civil no **Anexo 4**, de “Recursos Adicionais”.

Vista em seu conjunto, essa cronologia aponta não somente para a progressiva consolidação de coalizões internacionais tais como o *Grupo de Trabalho BRICS na Coalition for Human Rights in Development*, o *BRICS Feminist Watch* e o *BRICS-From-Below/Peoples’ BRICS*, mas também para a crescente abertura de canais informais, porém periódicos, de diálogo junto aos vice-presidentes do Banco. Tais canais são avaliados como um importante sinal de abertura do NBD à sociedade civil, mas um passo ainda frágil e insuficiente para estabelecer canais de consulta e influência efetivos.

Figura 1. Iniciativas da Sociedade Civil em relação ao Banco

- 2013 **INT** **BRICS from Below**, Paralelo à Cúpula dos BRICS em Durban (África do Sul)
- Aventa-se a possibilidade de criação de uma rede de monitoramento do Banco dos BRICS
 - Organizações africanas expressam oposição à ideia do Banco, alertando para as tentações sub-imperialistas de um projeto para "talhar a África"
- 2014 **BR** **Encontro com o Sherpa brasileiro e negociador do Brasil junto ao futuro Banco**, Embaixadores Flávio Damico e Carlos Cozende
- INT** **Cúpula dos Povos**, Paralelo à Cúpula dos BRICS em Fortaleza (Brasil)
- Debates sobre o Banco no marco das atividades dos "Diálogos sobre Desenvolvimento: o BRICS na perspectiva dos povos"
- 2015 **INT** **Consolidação do Grupo de Trabalho sobre BRICS na Coalition for Human Rights In Development**
Para discutir exclusivamente o NBD e com caráter de incidência técnico-política. Participação de 56 organizações
- BR** **Incidência da sociedade civil junto ao Congresso Nacional para realização de Audiência Pública** prévia à ratificação do acordo constitutivo do NBD. A Audiência Pública não foi realizada.
- 2016 **BR** **Aceleração da crise política no Brasil e impeachment de Dilma Rousseff**: alta rotatividade nos cargos e mudança do padrão de relacionamento de grupos da sociedade civil brasileira com o governo. Revisão dos rumos e as modalidades de incidência: priorização do diálogo direto com o Banco
- BR** **Reunião de planejamento estratégico em São Paulo**, seguida de evento público. As atividades contaram com a presença de representante do Itamaraty e do Ministério da Fazenda. Resultados: criação da lista de e-mails BRICS.br; adoção de plano de ação para 2016; incluindo ações de pesquisa e incidência; pactuação de estratégia de incidência no Brasil junto com foco no Ministério da Fazenda e diretamente com o Banco
- NBD** **1ª reunião anual do NBD em Shanghai (China)**: interações presenciais da sociedade civil junto à alta cúpula do Banco
- NBD** **Reuniões com os Vice-Presidentes Nogueira (BR) e Kazbekov (RU)** requisitadas pela sociedade civil durante a Cúpula dos BRICS em Goa (Índia)
- INT** **Criação da rede BRICS Feminist Watch** para monitorar o agrupamento a partir de uma perspectiva crítica de gênero e de direitos humanos
- INT** **Peoples' Forum**, Paralelo à Cúpula dos BRICS em Goa. Debates sobre o Banco, em oficinas como:
- BRICS Bank : What does it mean for the People and the Ecology?
 - Parliamentary oversight on New Development Bank and IFIs
 - Development finance and IFIs
- NBD** **Reunião com VP Nogueira e Diretor Geral de Estratégia e Parcerias do NBD, Sergio Suchodolski**, no Rio de Janeiro à convite de Nogueira
- BR** **Seminário no Rio de Janeiro** para discutir os resultados da Cúpula da Índia e recalibrar diagnósticos e expectativas em um novo contexto político nacional
- 2017 **NBD** **2ª Reunião Anual do Banco em Nova Déli (Índia)**
- **Reuniões com os Vice-presidentes Nogueira, Kazbekov e Maasdorp (AS)**, requisitadas por representantes da sociedade civil dos países BRICS
 - **Reunião estratégica da Coalition**: análise de contexto e socialização de projetos de pesquisa e ações de incidência em andamento
 - **Seminário do People's Forum**: proposição de monitorar projetos do Banco junto com comunidades afetadas (Shadow Reports ou Relatório-Sombra)

As agendas salientes

Nesta seção fazemos um breve resumo dos principais pontos de incidência da sociedade civil dos BRICS junto ao Banco, bem como das principais bandeiras de resistência. Buscamos diferenciar as posições e pautas das distintas redes internacionais que hoje debatem a questão e que contam com a participação de entidades da sociedade civil do Brasil. Segue, abaixo, um apanhado sintético destas agendas:

Qual visão? Passado o momento inicial de expectativa e hesitação quanto ao potencial transformador do NBD, permanecem na ordem do dia demandas por uma maior clareza do conceito de desenvolvimento sustentável a ser adotado pelo NBD^{xxxix}. Em recente carta articulada pela *Coalition*, entidades exortaram o Banco a ser mais explícito na vinculação de suas operações aos compromissos internacionais assumidos pelos membros fundadores nos Acordos de Paris e no âmbito dos ODS^{xl}. Essa retórica desacompanhada de clareza operacional e/ou frouxa em alguns compromissos (por exemplo, em relação ao uso de carvão limpo) também é preocupante aos olhos de organizações do Peoples' que enxergam no Banco uma continuidade com práticas extrativistas características dos países BRICS^{xli}. Ademais, a proximidade do NBD com o setor privado também é vista com preocupação, dado o risco da captura corporativa e de que o Banco se torne um vetor da privatização de serviços públicos^{xlii}.

Qual sustentabilidade? Como mencionado, o Banco não explicita como seu entendimento de infraestrutura sustentável se relaciona com as definições de desenvolvimento sustentável internacionalmente aceitas^{xliii}, não estabelece critérios e metas de sustentabilidade para seus investimentos e tampouco delimita como fará a análise de risco e impacto socioambientais dos mesmos. Segundo consta na Estratégia, a fim de garantir maior agilidade ao Banco, a análise de projetos se concentrará em revisões *ex-ante* para projetos de maior risco, com procedimentos simplificados para revisão *ex-post* no caso de projetos de baixo risco. No entanto, nem o Marco Socioambiental, nem a Estratégia discutem como a análise de risco socioambiental será adaptada aos três tipos de operações do Banco (empréstimos soberanos ou com garantias soberanas, empréstimos a intermediários financeiros com participação majoritária estatal e empréstimos sem garantias soberanas). Tampouco foi divulgada uma política operacional que preencha estas lacunas de informação à luz da própria intenção do NBD de trabalhar junto aos sistemas nacionais de seus tomadores de empréstimo^{xliv}.

Um outro ponto de atenção são os setores elegíveis para empréstimos. Apesar de ter afirmado não priorizar projetos controversos, como em grandes hidrelétricas e carvão, o NBD investirá em pequenas hidrelétricas e não se mostrou fechado a investimentos no controverso carvão limpo^{xlv}. Neste quesito, há diferenças na formulação das demandas por parte dos grupos mobilizados. Por um lado, em recente carta articulada pela *Coalition*, entidades pediram que o Banco “se comprometa a evitar investir” em grandes hidrelétricas e em combustíveis fósseis^{xlvi}. Por outro, visões já explicitadas por outras organizações são no sentido de banir completamente esse tipo de investimento. Em recente declaração, organizações do Peoples' alertam para as armadilhas do investimento em renováveis, incluso das pequenas hidrelétricas, sem as devidas análises dos impactos que estes projetos têm no acesso à terra^{xlvii}.

Por fim, e de maneira consensual, diferentes grupos afirmam que o NBD trouxe pouca clareza de onde e como trabalhará com a questão das mudanças climáticas. A organização indiana Vasudha Foundation publicará em breve uma série de recomendações ao NBD, que incluem sugestões de como dar mais robustez a seus compromissos com o tema. Entre elas constam: a adoção de uma política energética, que limite projetos em carvão limpo e balize futuros projetos em mitigação de mudanças climáticas, e a definição de marcos claros de avaliação das capacidades dos sistemas nacionais para dissuadir futuros projetos não sustentáveis^{xlviii}.

E o social? Há igualmente demandas por maior atenção aos princípios básicos da sustentabilidade social, incluindo transparência e participação. Entidades denunciam a falta de envolvimento da sociedade civil na elaboração do Marco Socioambiental, apesar dos repetidos apelos para tanto. Apesar da Política de Divulgação de Informações, o NBD não foi capaz de colocar em prática as “*medidas e mecanismos necessários para assegurar que as*

comunidades que venham a ser afetadas por seus investimentos disponham das informações necessárias, da oportunidade de influenciar decisões de projetos e do acesso à reparação caso ocorram impactos”^{xlix}. O Marco Socioambiental também é vago no quesito de prazos para disponibilização de documentos de projetos e consultas com populações afetadas.

Outra agenda importante, vocalizada pelo *BRICS Feminist Watch*, é a perspectiva de gênero, ainda ausente nos documentos estratégicos do Banco. Afora a menção à gênero na Política de Diversidade, a instituição silencia sobre impactos em gênero de seus projetos, incluso impactos positivos de suas operações no empoderamento econômico de mulheres. Em reuniões presenciais, lideranças do Banco também deixaram claro seu limitado entendimento acerca do tema, restringindo o debate de gênero a questões de recursos humanos.

Lacunas de implementação? Para além das lacunas em termos de diretrizes operacionais para avaliação de riscos e externalidades socioambientais, há por parte da sociedade civil demandas para que o NBD adote sistemas robustos de prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Permanece incerto como o Banco operacionalizará seu princípio de “utilizar e fortalecer” os marcos institucionais e legais internos dos países membros, faltam processos ou critérios claros pelos quais tais sistemas nacionais serão avaliados e sobram dúvidas de como o NBD agirá e que tipo de apoio técnico dará em casos insuficiência dos mesmos, dado que o Banco terá um corpo enxuto de especialistas socioambientais. Assim, se o uso dos sistemas nacionais está bastante claro, sobram dúvidas quanto ao seu fortalecimento. Apesar do Banco afirmar que trabalhará para garantir o cumprimento das normativas locais, há preocupações quanto a eventuais lacunas de *accountability* dadas as fragilidades dos sistemas nacionais (por falta ou insuficiência de marcos protetivos, por falhas na implementação ou ainda por processos de desmantelamento de marcos protetivos socioambientais nacionais). No caso do Brasil, lacunas de implementação na política socioambiental do BNDESⁱ e as recentes propostas legislativas para dar fim ao licenciamento ambiental, alterar o conceito de trabalho escravo, reduzir áreas protegidas, impedir a demarcação de terras indígenas entre outras legislações que flexibilizam garantias, são exemplos dos desafios.

Qual modelo de participação? Entidades pertencentes à *Coalition* afirmam que o NBD deveria desenvolver mecanismos institucionais para garantir a participação efetiva da sociedade civil, com desenhos claros para consultas tanto com comunidades potencialmente afetadas por projetos, quanto com grupos interessados nas operações e políticas do Bancoⁱⁱ. No caso das consultas às populações afetadas, ainda que se opte pelo uso dos sistemas nacionais, ainda é preciso estabelecer e explicitar os critérios que serão utilizados para avaliar se o marco legal e as práticas de seus tomadores de empréstimo são capazes de garantir o direito ao consentimento prévio. Ainda neste eixo, desejam que o Banco garanta a participação autônoma de distintos setores sociais e não restrinja seus canais de diálogo aos parceiros técnicos da sociedade civil – por meio de memorandos de entendimento. Vontade essa já exposta pela alta cúpula do NBD diversas vezes. Em recente declaração, o *Peoples’ Forum* também delineou o seu conceito de participação, demandando que o Banco acene pro-ativamente a movimentos sociais, sindicatos, organizações da sociedade civil e redes de pessoas que “*genuinamente trabalham junto a comunidades pobres e afetadas, ao invés de encontrar conforto em consultas luxuosas e educadas realizadas com outros banqueiros, burocratas, políticos e ONGs que se conformam ao invés de ativamente criticar o NBD*”ⁱⁱⁱ.

Algumas ações em curso

A seguir listamos algumas das ações, individuais e coletivas de entidades brasileiras e internacionais, atualmente em curso e/ou programas para o ano de 2017.

Tabela 2 Ações em curso (2017)

Entidade promotora	Natureza	Ação	Calendário
Oxfam India	Pesquisa	Realização da pesquisa comparada de acesso à informação e política de informação	Em curso
Conectas e Jindal Global University	Pesquisa	Benchmarking sobre o conceito de “infraestrutura sustentável” e produção do “New Development Bank Sustainability Index”.	Em curso
Conectas, Jindal Global University e BRICS Feminist Watch	Evento	Oficina na Índia. Preparativos para Shanghai e discussão sobre Gênero no NBD	Agosto, Nova Déli
Oxfam Brasil, Conectas, Rebrip	Evento	Oficina para atualização do debate com rede brasileira de atuação em torno do NBD e preparação para Shanghai	Agosto, São Paulo
Oxfam Brasil, Rebrip, Eqüit	Evento	Oficina para ampliação da articulação de organizações e movimentos de mulheres em torno do NBD, com discussão sobre impactos da projetos de energia eólica e gênero no Brasil	Agosto, São Paulo
Vasudha Foundation e Oxfam India	Evento	Workshop para organizações indianas sobre a publicação “Policy Wayforward for the New Development Bank”	Setembro, Nova Déli
Coalition for Human Rights in Development	Evento	Reunião com o NBD	Outubro, Shanghai
Oxfam South Africa, Economic Justice Network e outros	Incidência	Grupo de Trabalho para preparação à Cúpula de 2018 na África do Sul	Em curso
BRICS Feminist Watch	Incidência	Grupo de Trabalho para desenvolver uma proposta de política de gênero ao banco	Em curso

4. ANÁLISE DE CONTEXTO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS BRICS

Com base em uma análise feita recentemente em parceria com a Oxfam a respeito das oportunidades e desafios para a incidência internacional junto ao NBD, trazemos aqui um breve resumo das tendências gerais encontradas em três níveis: no Brasil, nos demais países do BRICS, no âmbito internacional, focando no Banco.

Em relação aos atores mobilizados, os achados apontam para a pouca influência da sociedade civil na agenda BRICS/NBD, assim como um ambiente pouco favorável para a participação em todos os países. Como era esperado, identifica-se mais atores engajados e mais canais de

influência nos países do IBAS do que na China e Rússia. No entanto, a volatilidade política nos três países tem feito com que as organizações optem por atuar mais intensamente em temas nacionais. No caso do Brasil, o contexto pós-impeachment não apenas tornou o cenário bastante volátil, mas também fez com que grupos atuantes optassem por romper o diálogo com o governo federal. Índia e África do Sul apresentam divisões mais pronunciadas no seio da sociedade civil mobilizada (por vezes nos moldes do binômio *BRICS-from-the-Middle* e *BRICS-from-Below*). A China e a Índia são os membros mais influentes no Banco hoje, no entanto os canais para a sociedade civil nestes países é relativamente mais baixo. Na China, há poucas organizações nacionais atuando na área e em um contexto sensivelmente restrito. Organizações internacionais na China enfrentam ainda mais restrições desde a aprovação da nova legislação para a atuação de organizações estrangeiras^{liii}. No entanto, no caso do Banco especificamente há uma parte da sociedade civil, particularmente alguns acadêmicos e algumas organizações não-governamentais nacionais, com certo grau de influência nos rumos da instituição. Na Índia, grupos nacionais atuando criticamente em questões de desenvolvimento têm sofrido intensa pressão no governo Modi. Em todos os países, a articulação com acadêmicos, centros de pesquisa e think-tanks pode ser estratégica para construir massa crítica e abrir portas junto aos tomadores de decisão. Na China, essa estratégia é particularmente relevante, e nos países do IBAS essa prática já ocorre tanto na agenda BRICS como na agenda de cooperação Sul-Sul.

A agenda do Banco nos países BRICS é liderada pelas pastas de Finanças (em conjunção com Ministérios de Relações Exteriores), mas em pouco diálogo com outros ministérios setoriais e/ou com o Legislativo^{liv}. Ministérios de Finanças são comparativamente mais fechados e avessos à participação social. No caso brasileiro, alguns quadros técnicos da Fazenda se mostraram, sobretudo até 2016, relativamente abertos ao diálogo. Os legisladores e os meios de comunicação nacionais nos países BRICS não se interessam muito por questões relacionadas ao Banco. Há no entanto, estes temas são relativamente mais frequentes nos veículos nacionais chineses, indianos e russos.

Há importantes lacunas de informação em relação a atores influentes do setor privado em todos os cinco países. Faltam também informações sobre as relações de poder na Rússia. Há ainda atores atualmente pouco ativos, mas potencialmente influentes à medida que o Banco expandirá suas operações, tais como partidos políticos, governos subnacionais^{lv} e organizações nacionais com experiência técnica em desenvolvimento sustentável ou infraestrutura sustentável.

No âmbito do Banco, a sociedade civil tem pouco diálogo e acesso a Diretores-Gerais e técnicos, ainda que tenha tido sucesso em se reunir pontualmente com alguns vice-presidentes, sobretudo o brasileiro e o russo. Já os futuros jovens profissionais foram identificados como potenciais portas de entrada (para acesso à informação e incidência) nos próximos anos.

Em relação à arena internacional, há atores e redes internacionais atuando em questões de desenvolvimento internacional que ainda não se mobilizaram na agenda BRICS/NBD. Para além da Agenda 2030, existem intersecções a serem exploradas com outros espaços/temáticas internacionais (G20, cooperação Sul-Sul). Os demais BMD também são espaços políticos relevantes para organizações incidindo no NBD: a) encontrarem a alta cúpula do Banco; b) serem expostos a aprendizados estratégicos; c) criarem redes de solidariedade com grupos atuando em agendas similares; c) Replicar eventuais experiências exitosas.

É importante salientar que poucos meios comunicação internacionais têm acompanhado o NBD de forma consistente. Os mapeamentos também mostram lacunas de informação existentes, tais como: quem-é-quem no organograma do Banco nos níveis de Diretoria-Geral e técnico-operacional e de que forma o setor privado acessa o Banco. Ainda em relação ao setor privado, foram identificadas fortes afinidades entre a Presidência do NBD (por exemplo, o presidente indiano e VP sul-africano) e potenciais tomadores de empréstimo do setor privado, incluindo bancos privados e empresas de energia fóssil.

5. AVENIDAS PARA MOBILIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA NESTE PRÓXIMO CICLO

Concluimos esse documento com reflexões acerca de potenciais avenidas para o engajamento da sociedade civil em relação ao NBD. Apesar da diversidade de agendas temáticas, mencionadas anteriormente, acreditamos ser possível agrupar as ações hoje em curso em **quatro avenidas de articulação, mobilização e incidência**, descritas abaixo.

Melhoria da institucionalidade do Novo Banco de Desenvolvimento

Incidir para aprimorar políticas, normativas, regulamentos internos e documentos estratégicos em relação à: transparência, mecanismos de consultas à sociedade civil e comunidades afetadas, prestação de contas e responsabilização (*accountability*), sistemas de análise de risco e impacto socioambiental, políticas de gênero, documentos estratégicos em temas de sustentabilidade (por exemplo, energia e clima) e parcerias com o setor privado. O estabelecimento de diálogos estratégicos com o Banco sobre sua institucionalidade pode garantir influência mais duradoura sobre os rumos do NBD no futuro, fazendo com o que a liderança do Banco se conscientize do fato que atores sociais são e serão parte de seus stakeholders prioritários. Tais diálogos, entretanto, podem presumir uma linguagem excessivamente técnico-burocrática, afastando ou impedindo a participação de comunidades de base e grupos afetados e a representação de suas agendas e pautas prioritárias.

Institucionalização de canais efetivos de diálogo entre o Banco e a sociedade civil

Formalizar junto ao Banco canais de participação, incluindo: (i) as consultas às comunidades afetadas pelas operações do NBD ao longo de todo o ciclo dos projetos; (ii) as consultas aos demais atores sociais interessados no Banco, acerca da elaboração ou revisão de documentos estratégicos; e (iii) as reuniões periódicas com a sociedade civil, seja às margens das Reuniões Anuais do Banco ou seja em datas especificamente designadas para tanto. Um desafio importante nessa frente é cuidar para que os espaços abertos até então não sejam cooptados pelo Banco, tanto no sentido de serem confundidos com espaços formais e representativos de um amplo espectro de atores da sociedade civil, como no sentido de serem monopolizados por atores menos críticos mobilizados pelo próprio Banco. Além disso, para garantir a representatividade das interações estabelecidas, é importante retomar a mobilização de atores em torno dessa agenda. Nos países IBAS, tal processo se dará meio a inúmeras turbulências nacionais. No caso do Brasil, o ano de 2018 pode ser ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade de incluir o tema dos BRICS, do NBD e dos impactos nos territórios nos debates temáticos eleitorais. Nas articulações internacionais, chineses e russos ainda estão sub-representados. A articulação com centros de pesquisa, organizações não-governamentais internacionais sediadas nesses países ou organizações mais técnicas pode ser um primeiro passo para a constituição de espaços de confiança que futuramente poderão abrir mais portas para outras vozes mais abertamente críticas e/ou representando setores mais marginalizados nestes dois países.

Monitoramento dos projetos nos países tomadores de empréstimos

Ao acompanhar o ciclo dos projetos nos territórios (de sua concepção e aprovação à implementação e avaliação) - inicialmente nos países BRICS, e potencialmente, nos demais futuros membros do NBD - é possível mobilizar redes nacionais de atores interessados e afetados pelos projetos do NBD no território. Essas vozes, por sua vez, podem ser trazidas e/ou ecoadas nos espaços formais de diálogo com o Banco e alimentarão os diálogos críticos em relação ao aprimoramento da institucionalidade e práticas do NBD. Além disso, é possível explorar arranjos domésticos de responsabilização (judicial e não judicial) já existentes em cada país, facilitando assim o acesso da sociedade civil nacional. Como desafio tem-se a pouca

transparência do Banco em relação ao primeiro conjunto de projetos já aprovados e as incertezas quanto aos detalhes de execução na maioria dos países.

Especificamente no Brasil, o monitoramento permite retomar e fortalecer a articulação de entidades que já trabalham com o monitoramento do BNDES. Também no âmbito nacional, a execução dos projetos financiados pelo NBD pode permitir o uso e fortalecimento de sistemas e arranjos nacionais, tais como a LAI e o Ministério Público. Há também a possibilidade de se pensar na criação de mecanismos de accountability para o NBD no território, nos moldes do Ponto de Contato Nacional das Diretrizes da OCDE para empresas Multinacionais, que atua em casos de empresas estrangeiras atuando no Brasil.

Construção de uma estratégia de articulação que conecte agendas, espaços e atores

Transversalmente às demais estratégias, identifica-se a importância de seguir democratizando o conhecimento sobre BRICS, sobre o NBD e seus impactos. Concomitantemente, essa articulação deve lograr (i) preservar e ampliar a diversidade de vozes vis-à-vis o Banco; (ii) garantir o espaço para que distintos grupos sejam ouvidos nacionalmente e internacionalmente e; (iii) garantir que debates e estratégias acerca do NBD sigam contextualizados e em diálogo com as transformações no âmbito da agenda do financiamento para o desenvolvimento. Vislumbra-se assim, uma série de esforços interconexos que vão desde o fortalecimento das coalizões internacionais, incluso as temáticas, como o *BRICS Feminist Watch*; até a conexão com outras agendas internacionais de desenvolvimento, como a Agenda 2030; os debates sobre accountability e impacto na Cooperação Sul-Sul; o debate sobre o também novo AIIB e as tendências de mudanças nas IFI tradicionais. A Agenda 2030, por exemplo, traz em seu bojo assuntos e debates correlatos ao mandato do Banco, tais como o papel do setor privado no desenvolvimento, o financiamento a infraestrutura, mobilidade urbana. No entanto, a agenda também traz outras avenidas de mobilização, em temáticas como desigualdades e infraestrutura social, que podem servir, por exemplo, de plataforma para grupos que desejem incidir no NBD para ampliar seu mandato. O principal objetivo dessa estratégia de conectar espaços, atores e agendas deve ser o de conciliar o debate técnico exigido para dialogar com o Banco com os imperativos de garantia de direitos.

6. CALENDÁRIO DE PRÓXIMOS EVENTOS

Âmbito	Evento	Data
BRICS	Cúpula BRICS	Set/2017, Xiamen
Internacional	Reuniões Anuais do Banco Mundial e FMI	7-9 Out/2017, Washington
NBD	Reunião sociedade civil com o NBD	25-26 Out/2017, Shanghai
NBD	3ª Reunião Anual do NBD	Mar/2018, Shanghai
Internacional	Cúpula do G20	2018, Buenos Aires
BRICS	Cúpula África do Sul	Primeiro semestre 2018
Brasil	Eleições presidenciais	Out/2018

ⁱ Documento elaborado por Laura Trajber Waisbich, do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (Articulação SUL) com o apoio de Melissa Pomeroy. As autoras têm acompanhado a agenda BRICS e do NBD desde 2013. Laura esteve presente nas Cúpulas de Durban (2013), Fortaleza (2014) e Goa (2016) e na 2ª Reunião Anual do NBD em Déli (2017). Laura é autora de publicações na temática, algumas delas citadas no presente documento.

ⁱⁱ Íntegra do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento disponível em

<http://brics.itamaraty.gov.br/images/NDB%20portugues.pdf>

ⁱⁱⁱ Segundo o Fórum Econômico Mundial, a demanda global por infraestrutura está estimada em US\$ 3,7 trilhões anuais. O FMI estima ainda que nos próximos 15 anos US\$ 90 trilhões serão investidos no setor ao redor do globo. Ver

<http://reports.weforum.org/strategic-infrastructure-2014/introduction-the-operations-and-maintenance-om-imperative/the-global-infrastructure-gap/#view/fn-3>. Neste sentido, em 2016, um conjunto de BMD, incluindo o NBD, se comprometeram a investir US\$ 350 bilhões em infraestrutura. Ver <http://www.g20chn.org/English/Documents/Current/201608/P020160815360318908738.pdf>

^{iv} No caso do Banco Mundial, em 2005 foi testado um piloto para o uso de sistemas nacionais para salvaguardas ambientais em projetos financiados pelo banco. Uma avaliação deste experimento pode ser lida em:

<http://siteresources.worldbank.org/EXTENVSTRATEGY/Resources/6975692-1289855310673/20110222-Use-of-Country-Systems.pdf>. Já no caso do Asian Development Bank, um artigo explicitando a abordagem do uso de sistemas nacionais, articulado pela primeira vez em 2008, pode ser vista em <https://www.adb.org/documents/promoting-use-country-systems-adb-operations>. Para uma análise crítica deste uso, feita pelo Center for International Environmental Law, ver <http://www.ciel.org/news/ciel-prepares-analysis-of-the-asian-development-banks-proposed-country-systems-strategy-for-civil-society-consultations-on-the-adbs-proposed-safeguard-policy-statement/>

^v Segundo consta no Acordo Constitutivo e na Estratégia, o pagamento inicial de US\$ 10 bilhões de cada membro fundador será dividido em 7 parcelas, pagas anualmente no mês de janeiro. No ano de 2016, os fundadores fizeram seu primeiro pagamento no valor de US\$ 1 bilhão. A África do Sul pagou antecipado o pagamento da segunda parcela, enquanto que a Rússia e a China pagaram antecipadamente a segunda e a terceira parcela.

^{vi} Ver Inesc, “BRICS e Cooperação para o Desenvolvimento Internacional”, Brasília: 2015. Disponível em

<http://www.rebrip.org.br/system/uploads/publication/d66748d4eb85c504138601eb86d66e07/file/estudo-brics-veletronica.pdf>

^{vii} Íntegra da Estratégia disponível em <http://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/07/NDB-Strategy-Final.pdf>

^{viii} Considerando os sete projetos aprovados, 78% do valor desembolsado foi em infraestrutura sustentável.

^{ix} Paulo Batista Nogueira. *Estratégia do NBD*. O Globo, publicado em 07/07/2017. Disponível em

<https://oglobo.globo.com/opiniao/estrategia-do-ndb-21562434#ixzz4mRAso7Ej>

^x Íntegra da nota do Itamaraty disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/16755-aprovacao-da-estrategia-geral-do-novo-banco-de-desenvolvimento-para-o-periodo-2017-2021>

^{xi} Íntegra do Decreto disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2015/decreto-8624-29-dezembro-2015-782210-publicacaooriginal-149123-pe.html>

^{xii} Íntegra do discurso da Presidenta Dilma Rousseff na ONU (2015) disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11918-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-da-abertura-da-septuagesima-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-28-de-setembro-de-2015>

^{xiii} Íntegra do discurso do Presidente Michel Temer em Goa (2016) disponível em

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14944-palavras-do-senhor-presidente-da-republica-michel-temer-em-sessao-plenaria-da-viii-cupula-do-brics-go-16-de-outubro-de-2016>

^{xiv} Íntegra da nota do Itamaraty disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-o-novo-banco-de-desenvolvimento-ndb-do-brics>

^{xv} Idem nota i

^{xvi} Atualmente, estes cargos são ocupados, respectivamente, pelo Ministro Henrique Meirelles, Marcelo Estevão e Embaixador Carlos Conzende.

^{xvii} Ver notícia do Ministério da Fazenda, disponível em <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/junho/novo-banco-de-desenvolvimento-se-reune-para-debater-adesao-de-novos-membros>

^{xviii} A elegibilidade para tomar empréstimos varia de acordo com as regras estabelecidas por cada instituição financeira internacional. No caso do NBD, os membros fundadores optaram por limitar a participação de países de renda elevada (países desenvolvidos) a membros não-tomadores de empréstimos.

^{xix} As condições estipuladas no documento para que um país se torne membro são: (i) ser membro das Nações Unidas, (ii) subscrição de cotas em quantidade a ser acertada em negociação conjunta, (iii) anuência com o calendário de pagamento do capital integralizado, (iv) anuência com a metodologia estabelecida para representação no Conselho de Administração, e (v) anuência com os objetivos estratégicos, princípios e políticas que governam o banco.

^{xx} A lista completa de políticas disponíveis em sua íntegra pode ser consultada em <http://www.ndb.int/data-and-documents/policies/>

^{xxi} Ver artigo de Carlos Tautz “Banco dos BRICS: oportunidade histórica para a sociedade civil” (2013), disponível em

<https://br.boell.org/pt-br/2013/01/16/banco-dos-brics-oportunidade-historica-para-sociedade-civil>

^{xxii} Uma Nota Conceitual aprofundando o debate sobre o conceito está em discussão no Banco, e seu conteúdo foi compartilhado pelo VP brasileiro com a lista de entidades da sociedade civil que já se reuniram com ele. A mesma traz mais detalhes dos tipos de setores que compõe cada um das três áreas prioritárias do banco, mas não avança no quesito de como serão operacionalizados os sistemas de avaliação e monitoramento de risco para cada um.

^{xxiii} Idem nota v

^{xxiv} Íntegra da política de informação, disponível em <http://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/01/information-disclosure-policy-revised.pdf>

- ^{xxv} Íntegra do marco socioambiental, disponível em <http://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/02/ndb-environment-social-framework-20160330.pdf>
- ^{xxvi} Íntegra da política de diversidade, disponível em <http://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/02/ndb-diversity-policy-20160121.pdf>
- ^{xxvii} Ver comunicado à imprensa do NDB sobre o empréstimo ao BNDES em http://www.ndb.int/press_release/ndb-signs-first-loan-agreement-brazil-financing-renewable-energy-projects/
- ^{xxviii} No total, o empréstimo ao Brasil estará sujeito a LIBOR somada ao spread do Banco, que é de 0,25% sobre um percentual anual do valor total do empréstimo (15%, 45% e 85% para cada um dos três anos de vigência), deduzidos os desembolsos realizados anualmente, mais uma taxa única inicial (“front-end fee”) de 0,25% sobre o valor do contrato, que é de US\$ 300 mi (“Artigo III – Pagamentos”). Ver também notícia do BNDES sobre o empréstimo do NDB em <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-fecha-contrato-de-us%24-300-mi-com-ndb-para-financiar-energia-alternativa/>. Ver também notícia da Agência Brasil em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/bndes-assina-acordo-de-us-300-milhoes-com-novo-banco-de-desenvolvimento>
- ^{xxix} Sobre as mudanças no setor elétrico nacional e a participação crescente da China ver DIEESE, “Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico brasileiro”, Nota Técnica 173 (Março 2017). Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec173PrivatizacaoSetorEletrico.pdf>
- ^{xxx} The BRICS Post. “23 projects worth \$6 bn in pipeline: BRICS Bank”, July 7, 2017. Disponível em <http://thebricspost.com/23-projects-worth-6-bn-in-pipeline-brics-bank/>
- ^{xxxi} Ver NDB’s General Strategy (2017-2021), p.22
- ^{xxxii} Melissa Pomeroy; Alex Shankland, Alex; Adele Poskitt; Kaustuv Bandyopadhyay; Rasesh Tandon. “Civil society, BRICS and international development cooperation. In. Gu, Jing; Shankland, Alex; Chenoy, Anuradha (eds) The BRICS in International Development. International Political Economy Series. Palgrave Macmillan. London, p. 169-206, 2016. Ver também <http://www.ids.ac.uk/publication/civil-society-from-the-brics-emerging-roles-in-the-new-international-development-landscape>
- ^{xxxiii} Os mesmos autores trabalharam em uma tipologia mais detalhada, contemplando dez posições ideológicas dos atores governamentais e não-governamentais sobre os BRICS. Para essa análise, ver Patrick Bond e Ana S. Garcia. Perspectivas Críticas sobre os BRICS. *Tensões Mundiais/World Tensions*, 10(18/19): 15–42, 2014.
- ^{xxxiv} Ver Patrick Bond. “Co-dependent BRICS from above, co-opted BRICS from the middle, and confrontational BRICS from below”. In. Bond, Patrick & Garcia, Ana. *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. AAKR Books: Delhi, 286-300, 2016. Ver também Patrick Bond. “Introducing BRICS from above and BRICS-from-below”. *Pambazuka News*, 20/03/2013. Disponível em <https://www.pambazuka.org/governance/introducing-brics-above-and-brics-below>
- ^{xxxv} Tal porosidade foi igualmente apontada por Ana Garcia, analisando a convergência entre sindicatos e empresários dos BRICS no que tange ao Fundo de Reservas (CRA), em um breve relato sobre a Cúpula de Fortaleza. Ver <http://rosaluxspba.org/construindo-os-brics-pelas-bases/>
- ^{xxxvi} Ver Laura Waisbich. “Diverse voices: civil society at the 8th BRICS summit”. *Sexuality Policy Watch*, publicado em 9 de dezembro de 2016. Disponível em <http://sxpolitics.org/diverse-voices-a-brief-account-on-the-civil-society-spaces-at-the-margins-of-the-8th-brics-summit-in-india/16206>
- ^{xxxvii} Ver artigo de Srinivas Krishnaswamy, da Vasudha Foundation (Índia), apoiando a proposta russa de institucionalizar um *Civil BRICS*. Disponível em <http://www.inesc.org.br/news/2015-1/september/bricss-civil-society-voices-to-be-heard-quarterly-to-promote-inclusion-and-accountability>. Ver também artigo de Janine Salles de Carvalho (Rebrip) e Nathalie Beghin (Reprib e Inesc) delineando uma proposta inclusiva de espaço de participação para os BRICS e defendendo o *Peoples’s BRICS*. Disponível em <http://www.inesc.org.br/news/2015-1/september/bricss-civil-society-voices-to-be-heard-quarterly-to-promote-inclusion-and-accountability>
- ^{xxxviii} Ver entrevista de Laura Waisbich concedida ao Blog Brasil no Mundo após a Cúpula de Goa. Disponível em <http://brasilnomundo.org.br/entrevistas/cupula-dos-povos-brics/#.WWy-GCMrKks>
- ^{xxxix} Ver Comunicado de Imprensa do Peoples’ Forum no contexto da 2a Reunião Anual do NDB em Deli, disponível em <https://peoplesbrics.org/2017/03/31/ndb-promoting-sustainable-infrastructure-without-even-defining-it/>
- ^{xl} Coalition for Human Rights in Development. “Analysis of the BRICS New Development Bank Environment and Social Framework” (2017). Disponível em <http://rightsindevelopment.org/wp-content/uploads/2015/08/ESF-Analysis-FINAL-April.pdf>
- ^{xli} Peoples’s Forum on BRICS, “New Delhi Declaration: New Development Bank – Peoples’ Perspectives”, April 2017. Disponível em <https://peoplesbrics.org/2017/04/10/new-delhi-declaration-new-development-bank-peoples-perspectives/>
- ^{xlii} Ver “New Delhi Declaration”. Similar denúncia foram feitas por grupos que acompanham as operações do Banco Mundial. Ver, por exemplo, a análise do Bretton Woods Project sobre privatização de água, em <http://www.brettonwoodsproject.org/2011/11/art-569208/>
- ^{xliiii} Ver artigo do think-tank South African Institute of International Relations sobre o assunto em <http://www.saiia.org.za/occasional-papers/1033-making-sustainable-development-the-key-focus-of-the-brics-new-development-bank/file>
- ^{xliiii} Idem nota xxxvi
- ^{xliiii} A Índia já demonstrou interesse em explorar com o Banco oportunidades de investimento em tecnologias de carvão limpo. Ver trechos do discurso do ministro das finanças indiano na abertura da 2a Reunião Anual do Banco, em Déli. Disponível em <http://timesofindia.indiatimes.com/india/india-pushes-for-2-billion-infrastructure-loan-from-new-development-bank/articleshow/57968661.cms>
- ^{xliiii} Idem nota xxxvi
- ^{xliiii} Idem nota xli
- ^{xliiii} Vasudha Foundation, “Policy Wayforward Policy Wayforward for the New Development Bank. A Compendium of Policies and Practices of Some of the Multilateral and Southern Banks”. No prelo.
- ^{xliiii} Juana Kweitel e Srinivas Krishnaswamy. “Does the BRICS Bank have the tools for sustainable development?”, Dialogo Chino, publicado em outubro de 2016. Disponível em <http://dialogochino.net/does-the-brics-bank-have-the-tools-for-sustainable-development/>
- ⁱ Ver publicação conjunta “Política Socioambiental do BNDES: Presente e Futuro” (2015). Disponível em <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2015/politica-socioambiental-do-bndes-presente-e-futuro/view>
- ⁱⁱ Ver também artigo de Nathalie Beghin “Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS: realmente novo ou mais do mesmo?” (2017), disponível em <http://www.rebrip.org.br/noticias/novo-banco-de-desenvolvimento-dos-brics-realmente-novo-ou-mais-do-mesmo-c236/>
- ⁱⁱⁱ Idem nota xxxvii

ⁱⁱⁱ Para um panorama do marco de atuação para organizações não-governamentais na China, ver <http://www.icnl.org/research/monitor/china.html>

^{iv} Ver exemplo de mobilização da organização sul-africana CALS junto ao Parlamento da África do Sul durante o processo de ratificação do acordo constitutivo, disponível em http://rightsindevelopment.org/wp-content/uploads/2015/08/Annexure-A_Open-Letter-to-SA-Parliament-re-BRICS-Bank-20150303-FINAL.pdf

^v No caso do Brasil, a prefeitura de Fortaleza tem dialogado bastante com o Banco para futuros empréstimos. O prefeito da cidade esteve presente na 2ª Reunião Anual do NBD em Déli. A cidade sediou em maio de 2017 uma reunião com representantes do Banco e de outras cidades do Nordeste para apresentar informações mais técnicas sobre o Banco aos municípios e estados elegíveis a garantia soberana e para possibilitar que Fortaleza compartilhasse informações com outros estados e municípios, facilitando o processo de acesso deles a recursos externos. Ver <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-sedia-encontro-entre-representante-do-new-development-bank-e-gestores-publicos-do-nordeste>

Anexos

Anexo 1 Projetos aprovados (até julho/2017)

Projeto	País/Intermediário financeiro	Tipo de empréstimo	Montante (US\$/mi)	End-user	Modalidade de empréstimo	Setor	Impacto em desenvolvimento
Canara	Índia - Canara Bank	Com garantia soberana	250	Sub-projetos	Sovereign guaranteed: 3 tranches	Energia renovável (eólica, solar, etc)	– 500 MW de energia renovável – evita emissão de 815.000 t CO2/ano
Lingang	China – Governo da RPC	Soberano	81 (RMB 525 milhões)	Shanghai Lingang Hongbo New Energy Development Co. Ltd.	Sovereign project loan	Energia renovável (solar painel fotovoltaico)	– 100 MW de energia solar – evita emissão de 73.000 t CO2/ano
BNDES	Brasil - BNDES	Não-soberano	300	Sub-projetos	National financial intermediary (NFI): two step loan	Energia renovável (eólica, solar, etc)	– 600 MW de energia renovável – evita emissão de 1.000.000 t CO2/ano
ESKOM	África do Sul - ESKOM	Com garantia soberana	180	ESKOM	Sovereign guaranteed project loan	Energia renovável (transmissão)	– 670 MW de energia renovável transmitida – evita emissão de 1.300.000 t CO2/ano
EDB/IIB	Rússia	Não-soberano	100	Nord Hydro-Bely Porog + outros sub-projetos	Intermediário financeiro nacional: repasse de recursos (two step loan)	Energia renovável (hidroelétrica) + energia verde	– 49.8 MW de energia renovável – evita emissão de 48.000 t CO2/ano
Madhya Pradesh	Índia	Soberano	350	Governo de Madhya Pradesh	Sovereign project finance facility	Melhoria de grandes rodovias distritais	– Cerca de 1.500 km de vias melhoradas
Pinghai	China	Soberano	298 (RMB 2 bilhões)	Fujian Investment and Development Group	Project loan	Energia renovável (eólica)	– 250 MW de energia eólica – evita emissão de 869.900 t CO2/ano

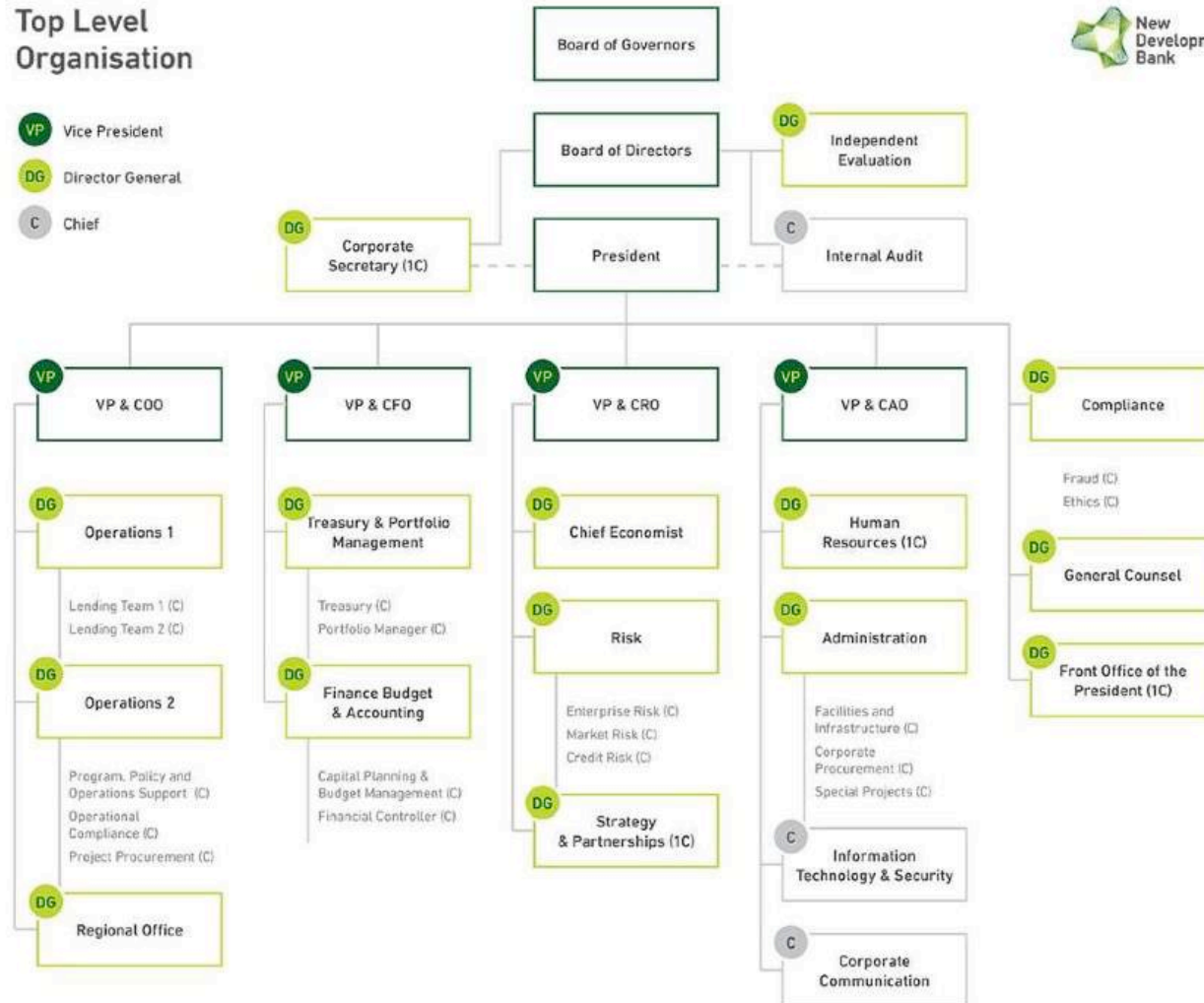
Fonte: Novo Banco de Desenvolvimento

Anexo 2 Organograma Novo Banco de Desenvolvimento

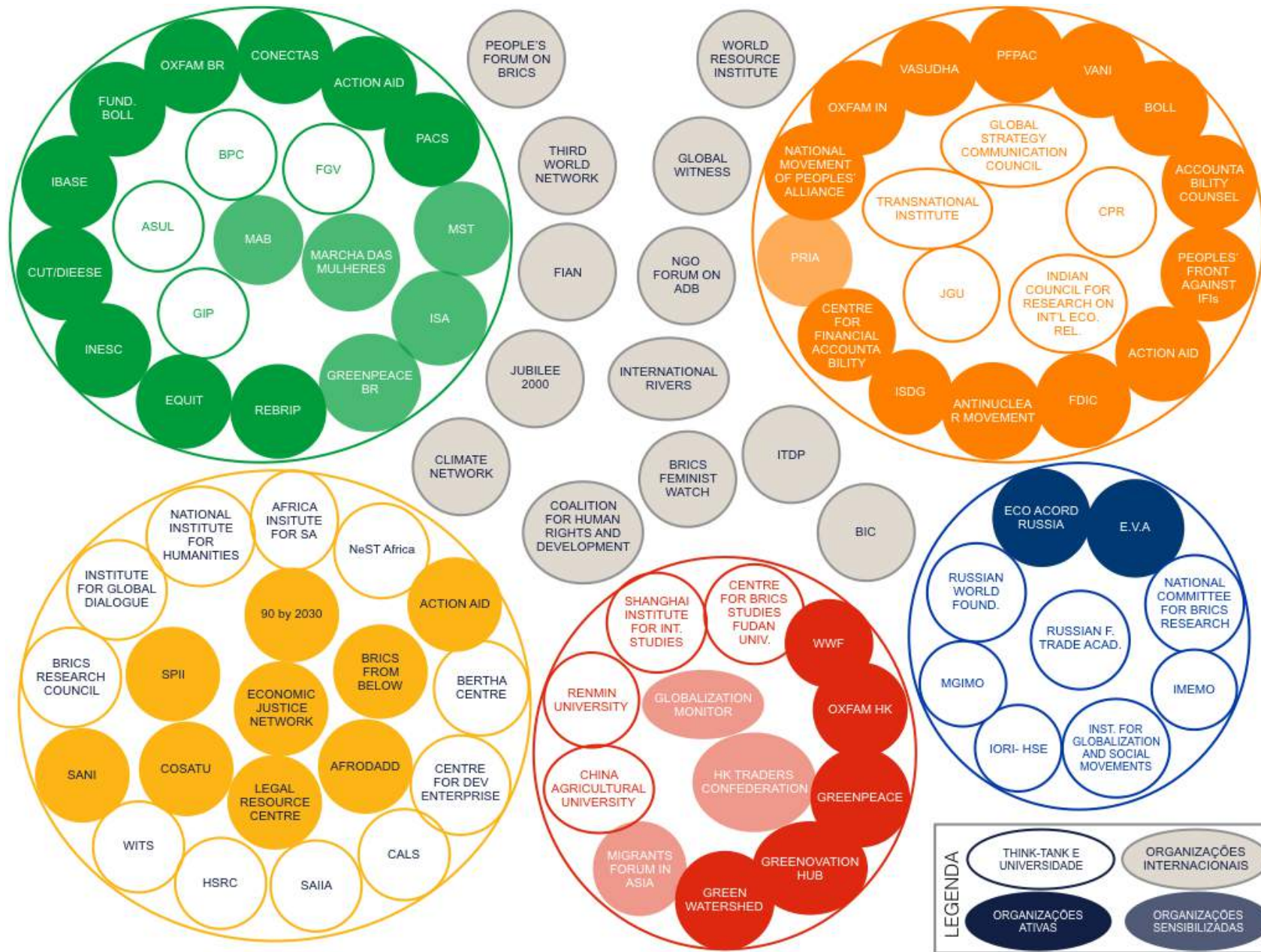
Top Level Organisation



- VP Vice President
- DG Director General
- C Chief



Anexo 3 Mapa de atores atuando em relação ao NBD nos países BRICS



Anexo 4 Recursos Adicionais

Sites institucionais

Novo Banco de Desenvolvimento - <http://www.ndb.int>

Coalition for Human Rights in Development - <http://rightsindevelopment.org/our-work/brics/>

People's Forum on BRICS - <https://peoplesbrics.org>

Vídeos

Especial BRICS – Action Aid (2017) - <http://actionaid.org.br/noticia/especial-brics/>

BRICS 2014: Na perspectiva dos povos – Coletivo Nigéria (2014) - <http://apublica.org/2014/07/um-novo-banco-para-um-velho-desenvolvimento>

Civil Society Dialogue on Development – Sexuality Policy Watch (2014) - <http://sxpolitics.org/civil-society-dialogue-on-development/11380>

Por Dentro dos BRICS– Fundação Heinrich Boll (2014) - <https://br.boell.org/pt-br/2014/10/29/por-dentro-dos-brics-entrevistas-com-representantes-da-sociedade-civil-sobre-o-banco-dos>

Vozes institucionais brasileiras sobre o BRICS e o NBD

Página Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre BRICS - http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics

Publicações da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) sobre BRICS e o Banco
<http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/search&search=brics>

Colunas Paulo Nogueira Batista no jornal O Globo - <https://oglobo.globo.com/opiniao/paulo-nogueira-batista-jr/>

Entrevista com Paulo Nogueira Bastista na Revista de Estudos Avançados - <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0179.pdf>

Vozes internacionais

Devex - <https://www.devex.com/news/search?query%5B%5D=%22New+Development+Bank%22>

Research and Information Systems for Developing Countries (RIS) - <http://www.ris.org.in>

South African Institute of Internation Affairs (SAIIA) - <http://www.saiia.org.za/itpgooglesearch?gsquery=%22new+development+bank%22>

Pambazuka News - <https://www.pambazuka.org/search/node/brics>

Center for BRICS Studies – Fudan University - <http://en.brics.fudan.edu.cn>

Biblioteca

Fundação Heinrich Boll :: Development Finance in the BRICS countries (2015) - <https://br.boell.org/pt-br/2015/11/12/development-finance-brics-countries>

Ibase :: Banco dos BRICS: Oportunidades e desafios para fazer diferente (2014) - https://issuu.com/ibase/docs/bol_brics_final2

Observatório Brasil e o Sul – Portal possui um acervo de publicações sobre BRICS e NBD - <http://www.obs.org.br/integracao>

BRICS Policy Center ::

Os Novos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e as Salvaguardas Socioambientais (2016) -
<http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/Interna/7196?tipo=Policy%20Brief>

Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS: Um novo instrumento para a cooperação sul-sul? (2014) -
<http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/Interna/6765?tipo=Policy%20Brief>

Fórum sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (2014) - <http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/Interna/6547?tipo=Brics%20Monitor>

O Banco de Desenvolvimento dos BRICS: Revolução ou Ilusão? (2013) -
<http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/Interna/5999?tipo=Brics%20Monitor>

O caminho para Nova Déli A reforma do FMI, a sucessão no Banco Mundial e o banco do BRICS (2012) -
<http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/Interna/6527?tipo=Brics%20Monitor>

RADAR SOCIOAMBIENTAL Nº 4 JULHO (2016) - <http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/Interna/7150?tipo=Dados%20e%20indicadores>

Lista não-exaustiva de manifestações públicas da sociedade civil dos BRICS

Declarações internacionais

Goa Declaration of the People's Forum on BRICS (2016) - <https://peoplesbrics.org/2016/10/24/goa-declaration-of-the-peoples-forum-on-brics/>

New Delhi Declaration: New Development Bank – Peoples' Perspectives (2017) - <https://peoplesbrics.org/2017/04/10/new-delhi-declaration-new-development-bank-peoples-perspectives/>

The BRICS New Development Bank Strategy. A civil society perspective for truly sustainable infrastructure and transformative development cooperation (2017) - <http://rightsinddevelopment.org/wp-content/uploads/2015/08/ESF-Analysis-FINAL-April.pdf>

Letter requesting the New Development Bank to hold meaningful consultation with civil society before the approval of the NDB strategy and for its implementation and review (2017) - <http://rightsinddevelopment.org/wp-content/uploads/2017/03/LetterCivilSocietyNDBStrategy-OpenConsultation-30.03-2.pdf>

BRICS: Policy Recommendations Document. Submitted for consideration by the BRICS Presidency and Civil BRICS Summit to be held in India in October 2016. By WNTA, PBI, Oxfam India and Partner Civil Society Organizations from BRICS and developing nations (2016) - <http://www.obs.org.br/integracao/1092-brasil-russia-india-china-e-africa-do-sul-brics-documento-de-recomendacoes-politicas>

Press release from civil society groups on the First Annual Meeting of the NDB. "The New Way Forward for BRICS Bank. Groups call for openness and commitment to sustainability" (2016) - <http://rightsinddevelopment.org/wp-content/uploads/2016/07/AGM-release.pdf>

Press release from civil society groups in BRICS countries and their letter to the NDB (2016) - <http://rightsinddevelopment.org/wp-content/uploads/2016/04/BRICS-NDB-Release-4.12.16.pdf>

Letter to BRICS New Development Bank (2015) - <http://rightsinddevelopment.org/our-work/brics/letter-to-brics-new-development-bank-november-2015/>

Letter from civil society organizations: Four Principles to make the New Development Bank truly new (2015). Versão em português disponível em: <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/BRICS%20Carta%20Cupula%20-%20PT.pdf>

Declarações da sociedade civil brasileira

Proposta da REBRIP de criação do Fórum da Sociedade Civil dos BRICS (2016) - <http://www.rebrip.org.br/noticias/rebrip-lanca-sua-proposta-de-criacao-do-forum-da-sociedade-civil-dos-brics-cc57/>

Carta da sociedade civil brasileira ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2015) - <http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/publicacoes/carta-manifesto-pede-transparencia-para-novo-banco-do-brics/>

Carta de organizações brasileiras de direitos humanos ao governo do Brasil sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (2014) - [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Carta%20Novo%20Banco%20Desenvolvimento%20BRICS%20-%205%20Pontos%2014%2007%20\(4\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Carta%20Novo%20Banco%20Desenvolvimento%20BRICS%20-%205%20Pontos%2014%2007%20(4).pdf)